

Prefeitura abre canal para ampliar a participação da sociedade na elaboração do orçamento

|| Rodrigo Rossi

A Prefeitura de Campinas quer ampliar os canais de comunicação com a sociedade para o recebimento de sugestões que possam integrar a elaboração de instrumentos de gestão das políticas públicas municipais. Para isso, desde ontem, anunciou que manterá aberta, pelos próximos 30 dias, uma consulta pública no seu portal institucional para receber as contribuições da população à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024. A medida é inédita na cidade para a elaboração da LDO e cumpre uma orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Para especialistas, a iniciativa é importante, porém, mais do que estimular a participação, o fundamental é efetivamente fazer constar no orçamento as demandas elencadas e direcionar ações para as regiões mais carentes.

A LDO é o instrumento usado pelo governo municipal para estabelecer as principais diretrizes e metas da Administração pública, principalmente, como base para a organização dos orçamentos. Seu texto reúne metas e prioridades do governo e orientações onde serão gastos o dinheiro público no ano seguinte.

Com base no anúncio da Prefeitura, o cidadão campineiro tem até o dia 16 de março para enviar as sugestões, que podem ser enviadas por meio do preenchimento de um formulário que está disponível no link: <https://portal-dev.campinas.sp.gov.br/ldo>.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Finanças, os cidadãos podem apontar as demandas para sua região, mas de acordo com áreas estratégicas ou prioridades do município, que são: saúde, educação, assistência e inclusão social, segurança pública, saneamento, esporte e lazer, cultura, pavimentação asfáltica, iluminação pública, limpeza pública, habitação, transporte e mobilidade, meio ambiente, entre outras.

LDO define as metas e prioridades dos gastos do governo

A experiência da Prefeitura de ampliar a participação popular na elaboração de instrumentos de gestão começou no ano passado, quando ela também abriu espaço para a população contribuir para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Na ocasião, 1.558 contribuições foram enviadas no período de quase dois meses. Essa foi a segunda experiência de participação popular, depois do Orçamento Cidadão.

Na ocasião, a área com mais apontamentos foi a Cultura, com 312 contribuições. Na sequência, apareceu a Saúde, com 193 sugestões e Educação, com 164. As contribuições foram enviadas para as secretarias, que analisam se é possível a inclusão na LOA deste ano. A LOA estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no município.

O secretário de Finanças, Aurílio Caiado, afirma que a participação da sociedade na elaboração da LDO e LOA é essencial para o processo de elaboração desses instrumentos de gestão. "Quando promovemos a participação do cidadão na elaboração das leis que regem as finanças



Praça da Juventude Pastor Alessandro Monare, no bairro DIC 5, Distrito do Ouro Verde: local foi construído graças às sugestões dos moradores à formulação do orçamento municipal

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Prefeitura recebe sugestões para elaboração do orçamento

Municípios podem enviar as contribuições por intermédio de formulário no site



Garoto observa córrego canalizado no Jardim Yeda: obra foi sugerida pelos moradores do bairro

do município, nós damos mais transparência e também abrimos um espaço para ouvir quais são as prioridades da população", disse.

Na avaliação do secretário, a iniciativa acaba sendo um "um complemento ao

que o Orçamento Cidadão já faz e vale, principalmente, para quem não consegue ir às assembleias presenciais", disse. A medida, segundo Caiado, também atende a uma recomendação do Índice de Efetividade da Gestão

Municipal (i-EGM) do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A Secretaria de Finanças explica que ao participar com sugestões e demandas para a sua região na elaboração da LDO, a população co-

Especialista defende que o importante é a execução

A participação da sociedade nos instrumentos de gestão são fundamentais como essência do processo de elaboração de políticas públicas, para que realmente as demandas às urgências e necessidades da população sejam atendidas, destaca Fernanda Serralha, pesquisadora e professora de Política e Planejamento Governamentais na Faculdade de Campinas (Facamp). Segundo ela, que é mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora de Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), são estas ferramentas orçamentárias que visam fornecer bens e serviços que estarão disponíveis à sociedade. Para a pesquisadora, estimular a participação popular na elaboração de orçamentos é sempre

importante, mas o essencial é transformar as demandas em realidade.

"Abrir o canal de participação é um processo relativamente simples, frente à tecnologia disponível. É fundamental que o poder público realize a efetivação dessa consulta pública, ou seja, a realização da política pública conforme a demanda da população", disse.

Ela resalta ainda a necessidade do poder público priorizar nas peças orçamentárias demandas para regiões carentes de equipamentos públicos. "Às vezes o governo até aumenta o orçamento de algum setor, por exemplo, Saúde, e muitas vezes esse orçamento continua centralizado com regiões que já dispõem de equipamentos públicos de Saúde, e muito pouco acaba sendo destinado a regiões mais esquecidas da cidade, e que geralmente participam desse processo", conclui.

labora com o direcionamento que será estabelecido pelas diretrizes a serem adotadas na elaboração da LOA. É nesta Lei que as obras e serviços que serão executados são definidos, levando em consideração os recursos disponí-

veis. O documento também é elaborado em consonância com o plano de metas do governo, que leva em consideração pontos como a qualidade de vida, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 6